

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fake news sobre o Pix mostram a importância da checagem nas redes sociais - MERCADO S/A

..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Tendências demográficas desafiam políticas públicas (Editorial)..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Teto de juro do consignado do INSS sobe para 1,80% após pressão de bancos..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Pessoa com deficiência ligada a Zika terá ajuda de R\$ 60 mil..... 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula convoca reunião após anúncio da Meta..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária nativa digital: Brasi I em transformação - OPINIÃO JURÍDICA..... 12

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sem aprovação de lei, tabela do IR fica congelada em 2025..... 14

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fisco paulista nega créditos de ICMS sobre insumos..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
POLÍTICA

Reforma ministerial pode sair neste mês..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
POLÍTICA

Em defesa de limitação às emendas..... 19

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

AGU dá ao Facebook 24 horas para remover vídeo adulterado de Haddad..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

Em busca da credibilidade perdida (Editorial)..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Analistas projetam mais um ano de pressão dos alimentos sobre inflação..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

ONU corta previsão para variação do PIB no Brasil..... 25

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Ameaças de Trump indicam mandato mais turbulento (Editorial).....26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Mesmo em queda, varejo fecha 2024 forte, mas 2025 preocupa.....27

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Brasil tem melhora na projeção econômica de 2024.....30

Fake news sobre o Pix mostram a importância da checagem nas redes sociais - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

As redes sociais foram inundadas nos últimos dias por notícias fantasiosas sobre o Pix. Uma delas diz que o governo passará a cobrar imposto da modalidade de pagamento, mas isso não é verdade. Conforme informou a **Receita Federal**, não haverá aumento de tributação, apenas a ampliação do monitoramento das movimentações financeiras. Outra mentira espalhada de maneira irresponsável pelas plataformas afirma que as pessoas físicas que receberem um Pix acima de R\$ 5 mil serão automaticamente taxadas no imposto de renda. Trata-se de mais uma informação inverídica. São apenas alguns exemplos de peças de ficção que, de tão repetidas nas mídias sociais, acabam soando como verdadeiras para milhões de pessoas, levando-as a replicar algo que é falso. Esse episódio demonstra por que a checagem de fatos nas redes sociais é importante. Ela existe justamente para evitar que absurdos como esses se propaguem.

**

Varejo brasileiro perde fôlego mesmo com Black Friday

Os novos dados do varejo brasileiro não deixam dúvidas: a economia do país perdeu fôlego. Em novembro, as vendas do comércio caíram 0,4% em relação a outubro - e isso apesar da Black Friday, evento marcado por promoções agressivas e considerado um impulsionador do consumo. Os números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vieram piores do que as previsões, que apontavam para um avanço de 0,2%. Para analistas, o cenário de juros elevados reforça a tendência de desaceleração econômica ao longo de 2025.

No X, conteúdo sem moderação afastou anunciantes

Ao imitar o X de Elon Musk e eliminar a moderação de conteúdo em suas redes sociais, Mark Zuckerberg, dono da Meta, desprezou os riscos financeiros da iniciativa. No X, o modelo "vale-tudo" afastou anunciantes, que evitam associar suas marcas a conteúdos nocivos. Será diferente no Facebook e no

Instagram, que pertencem a Zuckerberg? Não custa lembrar: desde que Musk comprou o antigo Twitter, em outubro de 2022, a empresa perdeu usuários, acumulou prejuízos e viu seu valor de mercado encolher.

Fenômeno do tênis, João Fonseca fatura com patrocínios

Candidato a estrela do tênis mundial, o brasileiro João Fonseca, que estreia amanhã na chave principal do Australian Open, já fatura alto com patrocínios. Ele contabiliza ao menos cinco apoiadores. São marcas como On Running (de produtos esportivos), Rolex (fabricante de relógios), XP (empresa financeira), JF Living (construtora) e Yonex Tennis (fabricante de raquetes). A On Running tem entre os sócios Roger Federer, o lendário tenista suíço.

RAPIDINHAS

» A grife de roupas Reserva, que pertence ao grupo Arezzo Co, fechou um contrato com o São Paulo Futebol Clube para o lançamento de uma coleção inspirada na história do time. As peças trazem referências à instituição, como a silhueta do estádio Morumbis. De acordo com a Reserva, as roupas chegarão ao mercado em fevereiro.

» As exportações do agronegócio brasileiro caíram 1,3% em 2024, para um total de US\$ 164,4 bilhões, conforme dados divulgados pelo Ministério da Agricultura. Para analistas do setor, o recuo é resultado principalmente do mau desempenho de vendas de soja e milho, impactadas pela safra menor e preços internacionais em queda.

» A empresa de mobilidade Uber lançou uma iniciativa inédita no Brasil: os ônibus fretados. Chamada de Uber Shuttle, a modalidade permite aos usuários reservar um assento no veículo pelo aplicativo. Por enquanto, o serviço estará disponível apenas entre as cidades de Guarulhos e São Paulo, mas a meta é expandi-lo para outros municípios.

» Desde 2016, quando começou a operar, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte pagou R\$ 1,2 bilhão em

royalties ao governo federal, ao estado do Pará e aos municípios que tiveram seu território alagado para a construção do empreendimento. Os royalties equivalem a 7% dos ganhos mensais da empresa com a venda de energia.

**

"Se o cenário econômico global se deteriorar, aumenta o risco de que o Brasil entre em uma nova recessão, o que abalaria a política às vésperas de uma eleição acirrada em 2026" Trecho de relatório da consultoria Eurasia distribuído a clientes

5% é quanto deverá crescer as vendas de veículos no Brasil neste ano.

A projeção é da Fenabreve, associação que representa os concessionários do país.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6851/10-01-2025.html?all=1>

Tendências demográficas desafiam políticas públicas (Editorial)

Análises elaboradas pelo IBGE a partir do Censo de 2022 e dados anteriores mostram que a população brasileira ficou mais velha, mais feminina e mais urbana - tendências que devem se aprofundar nas próximas décadas. As conclusões surpreenderam não tanto pela trajetória, que segue o padrão mundial, mas pela velocidade. As novidades trazem sinalizações importantes que vão exigir alterações nas políticas públicas da previdência, da saúde, da educação e do planejamento urbano.

O estudo "Projeções da População Brasileira" indica que a participação das pessoas com 60 anos ou mais deve passar dos 15,6% do total da população em 2023 para 37,8% em 2070, último ano contemplado. Levando em conta a marca de 65 anos para definir o grupo dos idosos, a parcela se mantém relevante: aumenta de 10,8% em 2023 para 31% em 2070. Já a fatia com 80 anos ou mais, que representa apenas 2,2% atualmente, chegará a 11,4%. Nesse espaço de tempo, a fatia dos jovens até 14 anos recuará de 31,2% para 23,8%.

A consequência mais óbvia desse cenário é o impacto na **Previdência Social**. A legislação previdenciária foi feita quando havia mais gente contribuindo do que recebendo benefícios. A realidade vai se inverter com a redução do contingente da população em idade ativa e o aumento do grupo dos idosos, tornando indispensável a revisão das regras. Não apenas a idade da aposentadoria deverá ser ampliada, mas deverá haver, principalmente, uma mudança nos benefícios de categorias mais privilegiadas, como militares e membros do Judiciário. Há ainda a questão já crítica dos informais e das pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) sem ter contribuído para a Previdência. Especialistas consideram certa não só a necessidade de uma nova reforma, mas também a de várias outras para calibrar as condições ao perfil da população ao longo do tempo.

As limitações físicas para a ampliação da idade da aposentadoria como solução do problema levam à discussão da estrutura do mercado de trabalho, que atualmente inibe a atuação dos mais idosos. As barreiras aos trabalhadores mais velhos terão que ser revistas.

Pelos mesmos motivos, a educação também precisará

passar por transformações. As políticas públicas atuais, muito voltadas para as crianças e os mais jovens, deverão abrir espaço para os cursos de aperfeiçoamento e transição de carreira dos trabalhadores mais velhos, dada a redução para menos da metade da população total do número de pessoas em idade ativa - conceito que terá que ser reformulado.

A saúde é outro setor dos mais afetados, tanto do lado dos serviços públicos quanto dos privados. Os gastos são mais elevados nas faixas etárias mais altas. A população atual com mais de 60 anos vai saltar de 25 milhões para 75 milhões em 2070. Iniciativas voltadas à prevenção de doenças típicas dos idosos deverão ser fortalecidas, assim como será necessário abrir espaço ao investimento em instituições de longa permanência, ou programas de apoio às famílias e comunidades de modo a liberar os mais jovens para o trabalho, da mesma forma como se fortaleceu a abertura das creches e unidades de educação infantil.

Em outra frente, o Censo mostrou nível recorde de urbanização no Brasil, com 87,4% da população em cidades, inclusive no interior do país. Esse percentual era de 84,4% em 2010, e deve superar os 90% até 2050. O aumento da população urbana amplia a demanda por serviços de saúde e educação, e intensifica a importância de planejamento e de investimentos em infraestrutura e logística, inclusive para preparar as cidades para enfrentar as mudanças climáticas.

Apesar da expansão do saneamento básico nos últimos anos, inclusive com o novo marco legal do setor, e o incentivo aos investimentos privados na área, 24,3% da população ainda contava com infraestrutura precária de esgotamento, segundo o Censo de 2022, o equivalente a 49 milhões de pessoas.

O crescimento urbano sem planejamento adequado ou investimentos em infraestrutura, e em cenário de déficit habitacional, leva à expansão da habitação precária em locais de risco e nas favelas. Entre 2010 e 2022, as favelas dobraram em número, superando 12 mil, e abrigando nada menos que 16,4 milhões de pessoas, ou quase 5 milhões a mais em 12 anos.

Os desafios demográficos devem ser enfrentados com

planejamento estratégico. O Censo de 2022 e os estudos elaborados a partir dele trouxeram valiosas informações para a pauta do país, chegando à esfera legislativa. Com os dados atualizados, é possível reformular políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde e educação, cujos atuais pisos são exemplos de temas que deverão ser discutidos levando em conta o cenário futuro.

O Brasil tem duas vantagens nesse caminho. Uma delas é que o IBGE projeta uma desaceleração gradual no crescimento populacional, com o primeiro recuo em 2042 (-0,01%), o que oferece tempo para autoridades ajustarem políticas e estratégias. Outra vantagem é poder aprender com a experiência que vem de fora, de países que já enfrentam esses problemas, como Japão, Portugal e Espanha. São referências ao incentivarem a participação da mão de obra idosa no mercado de trabalho e em políticas de imigração. As informações e os exemplos estão disponíveis. Cabe aos responsáveis pelas políticas públicas prestarem atenção.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188086>

Teto de juro do consignado do INSS sobe para 1,80% após pressão de bancos

Jéssica Sant'Ana e Álvaro Campos De Brasília e São Paulo

O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) aprovou um aumento no teto de juros que pode ser cobrado no empréstimo consignado a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Foram 13 votos a favor e um contra.

O teto passará dos atuais 1,66% ao mês para 1,80% nos empréstimos feitos com desconto em folha (modalidade mais comum). No caso das contratações feitas por meio de cartão de crédito e cartão consignado de benefício, o teto está em 2,46% e a taxa foi mantida.

A proposta foi apresentada e aprovada pelos conselheiros do CNPS na reunião extraordinária realizada nesta quinta-feira. Somente os bancos votaram contra.

Os bancos solicitaram, durante a reunião, que a taxa subisse para, no mínimo, 1,99% ao mês. Esse percentual permitiria que as instituições pudessem retomar as operações para aposentados e pensionistas via correspondentes bancários, mas ainda haveria um impacto para clientes aposentados por invalidez acima de 70 anos.

Já a taxa de 1,80% ao mês, segundo Ivo Mósca, representante dos bancos, é insuficiente para retomar a operação por correspondentes bancários, porque a margem da operação continuaria tendendo a zero. O ideal, disse ele, seria uma taxa de 2,14% ao mês para cobrir todos os custos, mas com 1,99% já seria possível uma retomada parcial.

O novo teto entrará em vigor dentro de cinco dias úteis, a partir da publicação no "Diário Oficial da União". Os bancos pediram que a nova taxa pudesse entrar em vigor imediatamente, mas não tiveram o pleito atendido.

Instituições como Banco do Brasil, Itaú, Santander, Pan, BMG, Mercantil e Banrisul suspenderam, no fim do ano passado, a oferta do

consignado do **INSS** via correspondente bancário, porque a operação ficou incompatível com os custos, devido ao teto de 1,66% ao mês.

A resolução 4935/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN) exige a viabilidade econômica das operações. Porém, segundo as instituições financeiras, o teto de juros de 1,66% não é suficiente para cobrir o custo de captação mais as demais despesas envolvidas na operação com correspondentes bancários, por isso ela foi suspensa em várias instituições.

A redução dos juros do consignado do **INSS** é uma das bandeiras do ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi. Ele começou o movimento em 2023, a partir da queda da taxa Selic. Porém, a taxa básica voltou a aumentar no segundo semestre do ano passado, mas o teto do consignado ficou estacionado em 1,66% desde junho de 2024.

A Associação Brasileira de Bancos (ABBC) chegou a acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a competência do CNPS para fixar o teto, diante da resistência do governo em pautar o tema nas reuniões do conselho.

Após a suspensão do consignado em algumas instituições financeiras, o Ministério da Previdência resolveu trazer o tema em pauta, nesta primeira reunião de 2025. O ministro Carlos Lupi não participou, pois está em férias. A reunião foi presidida pelo secretário-executivo da pasta, Wolney Queiroz.

"A taxa de 1,80% me deixa confortável, dá uma previsibilidade ao mercado, ao sistema financeiro e aos aposentados, porque segue a metodologia de acompanhar a variação da Selic", afirmou Queiroz.

Os bancos defendem ainda que o teto do consignado do **INSS** acompanhe a variação dos juros futuros com vencimento em dois anos, o que é equivalente ao custo de captação. Essa proposta, contudo, nunca foi aceita pelo CNPS. "O DI futuro se mostrou bastante volátil. Quando optou-se por adotar a Selic como referência, é por se entender que ela é muito mais previsível", disse Adroaldo da Cunha, secretário do regime geral de **Previdência Social**.

Apesar de considerarem que a taxa de 1,80% não é suficiente, os bancos acreditam que, a partir de agora, o ministro da Previdência deve ter uma postura um pouco mais flexível. Para alguns integrantes da

indústria, ficou subentendido que, em caso de novos aumentos da Selic, o teto de juros voltaria a subir. "Esse 1,80% não resolve muita coisa, porque 14,25% de Selic já estão dados", comenta o CEO de um banco médio. "Estamos pensando se vamos voltar com o canal de correspondentes. Se voltar, vai ser algo muito pequeno, para algumas operações", comenta outro executivo.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) afirmou que a elevação do teto de juros do consignado do **INSS**, de 1,66% para 1,80% é insuficiente. Segundo a entidade, "a falta de racionalidade econômica na fixação do teto do **INSS** tem prejudicado o atendimento daqueles que apresentam maior risco, com idade elevada".

"O DI futuro se mostrou bastante volátil. A Selic é muito mais previsível" Adroaldo da Cunha

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188086>

Pessoa com deficiência ligada a Zika terá ajuda de R\$ 60 mil

O governo vai dar uma ajuda financeira de R\$ 60 mil à pessoa com deficiência decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika. O auxílio, que será pago em parcela única, está restrito ao ano de 2025 e será bancado pelo orçamento destinado a indenizações e pensões especiais de responsabilidade da União.

Segundo a Medida Provisória na 1.287, os interessados devem requerer o auxílio no Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**).

Ato conjunto do Ministério da Saúde, do Ministério da **Previdência Social** e do **INSS** deve estabelecer os critérios para liberação da ajuda financeira, mas a medida provisória já informa que será obrigatória a constatação da relação entre a síndrome congênita e a contaminação da genitora pelo vírus Zika durante a gestação; e da deficiência.

O pagamento desse auxílio não será considerado para fins de cálculo de renda mínima destinado à permanência da pessoa no Cadastro Único (CadÚnico); elegibilidade para o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC); e transferência de renda do Bolsa Família.

A medida provisória informa ainda que o apoio financeiro, ressalvado o direito de opção, não é acumulável com qualquer indenização da mesma natureza concedida por decisão judicial.

Veto a projeto

Com a decisão de encaminhar a medida provisória, o governo vetou integralmente projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional que previa a indenização por dano moral e a concessão de

pensão especial à pessoa com deficiência permanente decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika.

"A proposição legislativa contraria o interesse público, pois cria despesa obrigatória de caráter continuado e benefício tributário e amplia benefício da **seguridade social**, sem a devida estimativa de impacto orçamentário e financeiro, identificação da fonte de custeio, indicação de medida de compensação e sem a fixação de cláusula de vigência para o benefício

tributário", informa a justificativa para o veto publicado ontem no "Diário Oficial da União".

Segundo o governo, a medida ainda afronta artigos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025.

A justificativa para o veto ainda informa que, ao dispensar da reavaliação periódica os beneficiários do BPC concedido em virtude de deficiência decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika, a proposição diverge da abordagem biopsicossocial da deficiência, contraria a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e cria tratamento não isonômico em relação às demais pessoas com deficiência.

A proposta, ainda segundo o governo, incorre, ainda, em vício de inconstitucionalidade ao violar dispositivos da Constituição Federal, os quais exigem, na hipótese de criação ou alteração de despesa obrigatória ou renúncia de receita, a apresentação de estimativa do impacto orçamentário-financeiro correspondente e previsão de fonte para bancar o benefício.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188086>

Lula convoca reunião após anúncio da Meta

VICTOR CORREIA E MAYARA SOUTO

O O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará, hoje, uma reunião para discutir as mudanças recentes nas políticas de conteúdo da Meta, empresa dona do Instagram, Facebook e WhatsApp. O encontro foi convocado após anúncio do CEO e fundador da empresa, Mark Zuckerberg, sobre alterações na política de conteúdos das plataformas, que podem ferir determinações da Justiça brasileira, bem como críticas feitas pelo empresário a países da América Latina que criaram regras de combate às fake news e ao discurso de ódio. O chefe do Executivo criticou a atitude de Zuckerberg e exigiu respeito à soberania brasileira.

Lula esteve, no fim da manhã de ontem, na galeria dos ex-presidentes, no térreo do Palácio Planalto (leia abaixo). Na visita, criticou a decisão da Meta. "Eu vou fazer uma reunião hoje (ontem) para discutir a questão da Meta. Eu acho que é extremamente grave as pessoas quererem que a comunicação digital não tenha a mesma responsabilidade do cara que comete um crime na imprensa escrita", enfatizou.

Horas depois, a Presidência informou que o encontro estava previsto para hoje.

"É como se um cidadão pudesse ser punido porque ele faz uma coisa na vida real e pudesse não ser punido porque ele faz a mesma coisa na digital", acrescentou.

Na terça-feira, Zuckerberg anunciou uma série de mudanças na política de moderação de conteúdo do Instagram e do Facebook.

A primeira delas foi o fim do serviço de checagem de fatos nas plataformas, que era realizado em parceria com organizações especializadas nessa atividade.

A função será substituída pelas "notas da comunidade", similar à utilizada pelo X, do bilionário Elon Musk, em que os próprios usuários podem criticar ou rebater as publicações.

Sem restrições

Outra medida foi o fim das restrições a conteúdos que falam sobre imigração e questões de gênero, bem como a retomada da divulgação de materiais de tom político. Na prática, o movimento de Zuckerberg aproxima a empresa do governo de Donald Trump, nos Estados Unidos, do qual Elon Musk faz parte. Nos

últimos dias, a Meta também removeu termos em suas ferramentas que se referem à comunidade LGBTQIA+, como "orgulho", em uma bandeira representando a comunidade, "transgênero" e "não binário".

Além disso, o fundador da Meta declarou que vai atuar contra os esforços de regulamentação das redes, como os que ocorrem na Europa. Zuckerberg ainda disparou críticas veladas à atuação do Supremo Tribunal Federal (STF). Sem citar especificamente o país, disse que nações da América Latina possuem "tribunais secretos" que interferem nas plataformas.

Sobre esse ponto, Lula deu um recado: "O que nós queremos, na verdade, é que cada país tenha a sua soberania resguardada. Um cidadão, dois cidadãos, três cidadãos não podem achar que podem ferir a soberania de uma nação", enfatizou.

Ainda não está claro quais serão os impactos da mudança no Brasil, algo que o governo federal e o Judiciário se mobilizam para entender. A decisão causou estranheza em autoridades, já que a Meta é elogiada por ter diálogo aberto com o governo brasileiro e cumprir as decisões judiciais para moderar desinformação e conteúdos de ódio. Não se sabe também se as medidas, quando implementadas, vão ferir a lei brasileira - o que pode levar a um novo embate como o que resultou na suspensão do X por 38 dias no ano passado, após a empresa se negar a cumprir ordens judiciais e a pagar multas e ao retirar sua representação legal do país.

Na quarta-feira, o Ministério Público Federal (MPF) enviou um ofício à Meta pedindo esclarecimentos em até 30 dias.

Alckmin

Também ontem, o vice-presidente Geraldo Alckmin defendeu a regulamentação de big techs.

Para ele, o Congresso e o Judiciário devem discutir essa questão ainda neste ano.

"Não é possível ter plataformas de comunicação, ainda mais globais, sem responsabilidade, sem responsabilização. Não podem desinformar as pessoas, caluniar, mentir, difamar, precisa ter responsabilidade. O convívio em sociedade tem direitos e deveres", defendeu, em entrevista à Rádio Eldorado.

Alckmin lembrou a declaração do ministro Alexandre de Moraes, do STF, de que o Brasil não é uma terra sem lei. O magistrado é um dos mais atuantes no combate às fake news - ele foi o responsável por multar o X por não remover conteúdos falsos determinados pela Justiça.

"A regulamentação sobre as fake news pelo Congresso Nacional e a postura do Judiciário são essenciais em defesa da sociedade.

Não é porque alguém é milionário que vai fazer o que quer. É um retrocesso", frisou o vice-presidente. "Vamos ter uma discussão mais aprofundada, neste ano, tanto na questão da regulamentação quanto da inteligência artificial. O ano passado, principalmente fim do ano, foi muito concentrado o trabalho legislativo na **reforma tributária** e no arcabouço fiscal. Como isso já foi votado, acho que, reiniciando os trabalhos em fevereiro, essas duas pautas (fake news e IA) vão caminhar num debate mais profundo."

**

"Eu acho que é extremamente grave as pessoas quererem que a comunicação digital não tenha a mesma responsabilidade do cara que comete um crime na imprensa escrita"

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

**

Preocupação mundial com decisão da empresa

O papa Francisco alertou, ontem, sobre os perigos da desinformação disseminada nas redes sociais e os riscos representados pela inteligência artificial (IA) quando usada para "manipular consciências". O pontífice fez as declarações no tradicional discurso de ano novo aos diplomatas no Vaticano, após a Meta anunciar o fim da checagem de fatos. "Estamos perante sociedades cada vez mais polarizadas", observou o sumo pontífice, algo que é "agravado pela contínua criação e difusão de notícias falsas".

Países como a Austrália, o Canadá e a França mostraram preocupação com a decisão da big tech.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6851/10-01-2025.html?all=1>

A reforma tributária nativa digital: Brasi I em transformação - OPINIÃO JURÍDICA

Pilar Coutinho

Pilar Coutinho é colaboradora do blog Fio da Meada, consultora tributária na Herreveldvanden Hurk Partners, professora e pesquisadora na PUC-MG, onde fez doutorado com período de investigação na ULisboa

Nos próximos anos, a doutrina e a jurisprudência terão a função de descrever e explorar os caminhos interpretativos das leis que vierem a regulamentar a **reforma tributária** de 2023. Não é o caminho adotado por esse artigo. Nesse texto, busca-se encontrar um fio da meada da reforma, linhas estruturais que revelam qualquer coisa além e se refletem no texto pendente de sanção pelo presidente da República nesse início de janeiro de 2025. Nesse sentido, acredita-se que a reforma tem por fios condutores: i. busca de uma tributação mais econômica e menos formalista; ii. uma revisão do federalismo fiscal; iii. o papel predominante da tecnologia nessa transformação.

A despeito das reações de diversos juristas da velha guarda, a ruptura de uma tributação construída ao redor de fatos "jurídico-formais" no Brasil não tem ocorrido apenas na tributação sobre o consumo. É uma imposição do mundo como é hoje, seja qual for o nome que damos a ele (pós-moderno ou pós-pandêmico). Por isso, sucumbimos a uma tributação modelo OCDE, ou seja, mais voltada para os fatos econômicos e suas complexidades, a despeito de nossas diferenças com diversos membros dessa organização. O resultado concreto é uma série de dispositivos com a intenção de deixar claro que tributaremos o fato econômico consumo (fornecimento e operação, bens materiais, imateriais, serviços, energias, imóveis, etc). Tributaremos também situações em que, embora não haja contraprestação, há um benefício econômico indireto e uma relação com a cadeia de dedução crédito-débito (brindes, bonificações, etc). Tributaremos quase tudo.

Ainda dentro do tópico da busca de uma tributação mais econômica, portanto, ao redor do valor agregado, encontra-se a não cumulatividade inspirada no crédito financeiro. Ou seja, rompe-se com uma idéia física, formal, de creditamento, para se caminhar na direção de créditos ligados à criação de valor ao longo da cadeia produtiva (débitos relativos às operações em

que seja adquirente, excetuados aquelas consideradas de uso ou consumo pessoal). Verdade seja dita, a despeito de toda a especulação sobre a alíquota tributária efetiva final, necessária inclusive para acalmar os ânimos populares, é praticamente impossível antever qual será a alíquota efetiva sem se saber em que medida haverá uma ampliação concreta do creditamento.

A extinção de competências tributárias privativas com a substituição por competência tributária compartilhada, inclusive na gestão, só foi possível - de novo com um bocado de resistência - porque houve a compreensão de novas concretizações do federalismo fiscal e, ainda, pela existência de mecanismos tecnológicos adequados. A longa transição, em que a divisão dos recursos não será ainda pelo critério exclusivo do destino, é o que viabilizou a aceitação da reforma. É uma perspectiva interessante sobre um federalismo que se faz menos na repartição de competências e mais na repartição dos recursos. O que na prática já é era uma realidade para a maioria dos municípios, pode indicar uma nova perspectiva legal-teórica.

Mas o desenvolvimento tecnológico é uma marca estrutural dessa reforma. Se outros **Impostos** sobre Valor Agregado (IVAs) nasceram analógicos e tiveram de se tornar, aos poucos, digitais, a **reforma tributária** brasileira é uma nativa digital. Pertence, portanto, à geração Alpha. Nasce já pensada para operar em um mundo altamente tecnológico e virtual. Se por um lado, assim, pode criar soluções com um processamento de dados muito mais rápido do que o papel e os seres humanos, por outro, seu sucesso dependerá, em grande medida, da eficiência humana em criar as soluções tecnológicas.

Dentro dessa perspectiva, inúmeros mecanismos da reforma só funcionarão por meio de mecanismos digitais, que permitem tanto a gestão integrada da CBS, a Contribuição sobre Bens e Serviços, e do IBS, o Imposto sobre Bens e Serviços (artigo 58), como a viabilização de mecanismos de justiça fiscal como o cashback (artigo 117), e a adoção do split payment (artigos 31 a 35).

Dentro dessa perspectiva, o uso de documentos fiscais eletrônicos com leiaute padronizado, já em evolução no cenário pré-reforma, é um dos pilares

fundamentais da reforma (artigos 60,62), pode-se defender o mesmo ponto quanto a existência de planilha eletrônica unificada com informações da apuração e pagamento do tributo (artigo 58). Se sempre se falou muito sobre a "divisão artificial" das competências tributárias, a verdade é que a separação das informações e cadastros gerava - ao mesmo tempo - burocratização e espaço para escolhas tributárias no limite do lícito. Assim, ainda por meio de mecanismos tecnológicos, busca-se a existência de um Cadastro de Identificação Única (artigo 59), assim como o Domicílio Tributário Eletrônico unificado e obrigatório. É sobre o IBS e a CBS, mas poderá ser sobre muito mais, inclusive sobre a regularização fundiária.

Ainda que o split payment não seja uma realidade exclusivamente brasileira, espera-se que sua implantação esteja ligada à sofisticação do sistema financeiro nacional e aos mecanismos tecnológicos que a servem. É a grande aposta do governo, aliás, um pote dourado em termos da eficiência na arrecadação e limitação de abusos fiscais. A aposta não vem, no entanto, sem temor, afinal, a própria legislação já oferta um plano B caso o sistema não seja concretizado (artigo 48).

Nascida na geração Alpha, em um mundo essencialmente digital, essa **reforma tributária** não é - nem poderia ser em um país como o Brasil - uma ruptura absoluta. Seu texto está cheio de passado. Mas também está cheio de promessas de novos caminhos. Esperemos que nesse salto de fé próprias rupturas, em alguma medida viabilizado pelas promessas tecnológicas, ela consiga romper com um dos maiores absurdos do sistema tributário nacional: sua descarada obsolescência.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188086>

Sem aprovação de lei, tabela do IR fica congelada em 2025

Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil

Sem a aprovação da reforma do Imposto de Renda (IR), que só deverá ser enviada ao Congresso após a votação do Orçamento de 2025, a tabela progressiva fica congelada neste ano. Quem ganha mais de R\$ 2.824, pouco menos de dois salários mínimos, pagará o tributo.

No fim de novembro, o governo tinha anunciado a intenção de elevar a faixa de isenção para R\$ 5 mil, na segunda fase da **reforma tributária**, que trata do IR. Em troca, o governo pretendia introduzir uma alíquota em torno de 10% sobre os rendimentos mensais acima de R\$ 50 mil, que compensaria o impacto fiscal do aumento do limite de isenção.

Originalmente anunciada para tramitar junto do pacote de corte de gastos aprovado no fim de dezembro, a proposta ficou para este ano. Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, "inconsistências" nos modelos estatísticos da Receita levaram o Fisco a rever os cálculos. Caso o Congresso aprove o Orçamento em fevereiro, a proposta pode ser enviada no mesmo mês ou no início de março.

Correspondente ao piso da tabela progressiva, a faixa de isenção foi elevada pela última vez em fevereiro de 2024, de R\$ 2.640 para R\$ 2.824. As demais faixas de tributação permanecem sem mudanças desde 2015. O projeto de lei do Orçamento de 2025, enviado ao Congresso em agosto, não prevê mudanças na tabela do Imposto de Renda.

Oficialmente, o limite máximo da alíquota zero está fixado em R\$ 2.259,20. No entanto, para garantir a isenção para quem recebe até R\$ 2.824, equivalente a dois salários mínimos, haverá um desconto simplificado de R\$ 564,80 da renda sobre a qual deveria incidir o imposto. Esse desconto corresponde à diferença entre os dois valores: limite de isenção e dois salários mínimos.

A **Receita Federal** esclarece que esse desconto simplificado é opcional. Para quem tem direito a deduções maiores pela legislação atual, como dependentes, pensão alimentícia, gastos com educação e saúde, nada mudará.

Confira a tabela progressiva mensal do IRPF, já com o

desconto aplicado ao salário

Até R\$ 2.259,20

R\$ 169,44

R\$ 381,44

R\$ 662,77

Acima de R\$ 4.664,68

R\$ 896

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-01/sem-aprovacao-de-lei-tabela-do-ir-fica-congelada-em-2025>

Fisco paulista nega créditos de ICMS sobre insumos

Por Arthur Rosa - De São Paulo

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo tem negado créditos de ICMS sobre materiais listados por contribuintes como insumos secundários ou intermediários. Em pelo menos três recentes consultas tributárias, o órgão alega que esses produtos, entre eles serra fita e óleo para resfriamento de ferramenta, não são consumidos integral e instantaneamente no processo produtivo. Por isso, não se enquadrariam no conceito de matéria-prima - seriam de uso e consumo, sem direito a créditos.

O entendimento, segundo tributaristas, contraria decisões da Câmara Superior do Tribunal de **Impostos** e Taxas (TIT) do Estado de São Paulo, que é a mais alta instância administrativa estadual, e do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em recente julgamento, os juízes do TIT consideraram que a Lei nº 6.374, de 1989, a Lei do ICMS paulista, e o regulamento do imposto (RICMS) não impõem o "consumo imediato" dos materiais empregados no processo industrial como condição ao direito a crédito de ICMS.

Para negar o direito a contribuintes, a Sefaz-SP tem aplicado a Decisão Normativa CAT-2/1982. A norma traz classificações e exemplos de matérias-primas e produtos secundários ou intermediários. Em uma das consultas tributárias (CT nº 00029785/2024), feita por uma fabricante de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, peças e acessórios, o órgão defende que, "para ser caracterizada como material secundário, determinada mercadoria deve ser integral e instantaneamente consumida durante o processo industrial".

No texto, acrescenta que o exemplo "mais flagrante" de material secundário, segundo esse critério, é o da energia elétrica. "Não basta simplesmente constatar que ela é utilizada diretamente na atividade produtiva, pois há muitas mercadorias que também são utilizadas diretamente no processo produtivo, porém, são classificadas como material de uso e consumo do estabelecimento (levando em conta o disposto no artigo 66, inciso V, do RICMS, de 2000) ou bens do ativo imobilizado", diz a Fazenda paulista.

No pedido, o contribuinte faz referência a uma decisão

da 1ª Seção do STJ que assegurou a uma agroindústria paulista o direito a créditos de ICMS. No caso, a relatora, a ministra Regina Helena Costa, considerou, com base na Lei Kandir (nº 87, de 1996), "cabível o creditamento referente à aquisição de materiais empregados no processo produtivo (produtos intermediários), inclusive os consumidos ou desgastados gradativamente, desde que comprovada a necessidade de sua utilização para a realização do objeto social da empresa" (EAREsp 1775781).

Para Douglas Rogério Campanini, sócio-diretor da Consultoria de **Tributos** Indiretos da Athros Auditoria e Consultoria, a posição do Fisco paulista é "restritiva", por entender que o material empregado pelo fabricante tem que ser integrado - e instantaneamente - ao produto final para ser considerado insumo e gerar o direito a crédito de ICMS.

"O TIT e o STJ, porém, têm uma posição diferente. Basta que se comprove a utilização na atividade-fim. Isso amplia o direito a créditos de ICMS", afirma. "Esperamos que, com a **reforma tributária**, essa questão seja enterrada, para que esse tipo de litígio deixe de existir."

O advogado Breno de Paula, sócio do Arquilau de Paula Advogados Associados, considera que a posição do Fisco paulista tem "manifesto intuito arrecadatório" ao restringir o conceito de insumos para tomada de crédito de ICMS, "em evidente colisão com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça".

"O STJ já decidiu que a Lei Complementar nº 87, de 1996, modificou o cenário normativo que vigorou na vigência do Convênio ICMS 66/1988 do Confaz [Conselho Nacional de Política Fazendária], ampliando significativamente as hipóteses de creditamento de ICMS, permitindo o aproveitamento dos créditos referentes à aquisição de quaisquer produtos intermediários, desde que comprovada a necessidade de sua utilização para a realização do objeto social da empresa", afirma o advogado.

Em nota, a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo informa que as respostas às consultas tributárias "estão de acordo com a posição consolidada da Consultoria Tributária, setor da Sefaz-SP responsável pelas consultas. E acrescenta que "vale esclarecer também que são adotadas desde a

Decisão Normativa CAT nº 1/2001".

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Fisco paulista nega créditos de ICMS sobre insumos

Site:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2025/01/10/fisco-paulista-nega-creditos-de-icms-sobre-insumos.ghtml>

Reforma ministerial pode sair neste mês

RAFAELA GONÇALVES E MAYARA SOUTO

Após a demissão de Paulo Pimenta da Secretaria de Comunicação Social (Secom), o chefe da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode fazer a **reforma ministerial** neste mês. A troca de cadeiras ainda não está certa, no entanto, segundo ele, o petista está focando em "aperfeiçoar a gestão".

O ministro sinalizou que a mudança no comando das pastas pode ocorrer até o dia 21, data da próxima reunião com ministros do governo. "Há indicativo do presidente de que quer fazer eventuais mudanças ainda neste mês, até para que quem entrar possa ter mais tempo de fazer alterações que o presidente espera", disse em entrevista à Globo News.

"Teremos reunião de ministério dia 21 e eventualmente alterações, se o presidente assim decidir, podem ser feitas antes dessa reunião", acrescentou o ministro.

Ele ponderou que Lula ainda não bateu o martelo. "O presidente está avaliando, não decidiu sobre mudanças no governo, está numa fase de reflexão." A possível troca ocorrerá na esteira das mudanças na pasta da comunicação da Presidência. No início da semana, Lula anunciou a substituição de Paulo Pimenta por Sidônio Palmeira, que foi marqueteiro da campanha eleitoral do petista em 2022. O chefe do Executivo optou por mudanças na Secom, em busca de melhorar a comunicação do governo.

Ele entende que as conquistas de seu mandato não estão chegando para a população.

De acordo com Rui Costa, a saída de Pimenta, nesta semana, se deu pelo fato de que o governo está entrando em um "novo momento".

"É como se tivesse terminado o primeiro tempo, estamos entrando no segundo tempo, dado, inclusive, as mudanças rápidas na forma de acessar comunicação pela população", afirmou.

Sidônio, que recebeu carta branca do chefe, já fez sua primeira alteração na pasta. Foi anunciada, ontem, a demissão do secretário de Imprensa José Chrispiniano. Homem de confiança de Lula, Chrispiniano o assessorava desde 2011, ao final de seu segundo mandato.

Ele acompanhou o petista durante toda a Operação Lava-Jato, sua prisão em Curitiba e também durante a campanha de 2022.

Laércio Portela, então secretário de Comunicação Institucional, é quem deve assumir o cargo.

Antes das declarações de Rui Costa, a expectativa era de que as mudanças ficassem para depois das eleições às presidências da Câmara e do Senado, marcadas para o começo de fevereiro. O titular da Casa Civil afirmou ainda que Lula orientou os ministros a não interferirem no pleito.

Defesa na mira

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, foi menos direto e procurou não se comprometer com declarações sobre uma eventual troca de cadeiras. Ele negou que o governo fará uma reforma, mas, sim, "mudanças pontuais".

"Não acredito que o presidente Lula vá fazer uma **reforma ministerial**. Ele fará mudanças pontuais, como fez na área da comunicação do governo", disse, durante entrevista à Rádio Eldorado.

Outro nome cotado para deixar a equipe ministerial, por vontade própria, é o de José Múcio, ministro da Defesa. Desde o fim do ano passado, ele já dizia que acreditava ter cumprido a missão de apaziguar as Forças Armadas e estabelecer relação mais amena com o governo federal. No início do governo, Múcio até avisou ao presidente que não pretendia ficar toda a gestão no comando da pasta.

O ministro compareceu ao ato para lembrar os dois anos do 8 de Janeiro, com os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Não se sabe, porém, até quando ele continuará ocupando o posto, apesar de ser amplamente elogiado pelo governo.

"Quero destacar o bom trabalho do ministro da Defesa. É um trabalho importante, que deveria continuar. Vamos aguardar. Acho que José Múcio faz um bom trabalho e deve continuar", defendeu Alckmin.

O vice-presidente está cotado para assumir a pasta, caso se confirme a saída de Múcio.

"Missão é missão. Mas o meu candidato a ministro (da Defesa) chama-se José Múcio", declarou Alckmin.

"Teremos reunião de ministério dia 21 e eventualmente alterações, se o presidente assim decidir, podem ser feitas antes dessa reunião"

Rui Costa, ministro da Casa Civil

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/6851/10-01-2025.html?all=1>

Em defesa de limitação às emendas

ISRAEL MEDEIROS

Diante da incerteza jurídica e política sobre o pagamento de emendas parlamentares, o vice-presidente Geraldo Alckmin defendeu que esse dinheiro tenha maiores limitações e mais mecanismos de transparência.

"Há duas questões relevantes: primeiro, o valor das emendas.

Valores muito altos acabam criando uma distorção. E a segunda é que emenda você precisa saber quem é o autor, qual é o destino dela, e ela ser acompanhada, precisa ter prestação de contas. Precisa ter transparência absoluta", enfatizou em entrevista à Rádio Eldorado.

O vice-presidente disse entender, no entanto, que as emendas são legítimas e devem estar presentes no Brasil assim como em outras democracias pelo mundo.

Também rebateu as falas de congressistas que alegaram, desde o ano passado, que as exigências do Supremo Tribunal Federal (STF) para mais transparência eram uma "intromissão" do Judiciário e do Executivo no Legislativo.

Ao comentar a queda de braço entre Executivo, Congresso e Judiciário sobre o assunto, Alckmin elogiou a atuação do ministro Flávio Dino, do STF, ao exigir mais transparência nos recursos.

"O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, está absolutamente correto quando ele diz: 'Olha, é preciso ter transparência e acompanhamento dessas emendas. (É uma medida de) segurança do próprio parlamentar'.

Emenda precisa ter autoria, acompanhamento e transparência.

Ela é normal no regime democrático e deve ser impositiva, mas com valores mais limitados", pontuou.

Alckmin disse, ainda, que o grande número de partidos no Congresso dificulta a governabilidade.

Ele avaliou, no entanto, que isso não tem impedido o governo de aprovar matérias importantes.

Repases

As falas do vice-presidente ocorrem um dia depois de o governo abrir os cofres para começar a pagar emendas em 2025.

Desde 1º de janeiro, nenhum valor havia sido repassado. O Executivo pagou, de terça para quarta-feira, R\$ 205,8 milhões em emendas apresentadas de 2016 a 2024. Os valores foram atualizados ontem na plataforma Siga Brasil, do Senado Federal.

Do total, foram R\$ 142,19 milhões em emendas de comissão (RP8); R\$ 29,4 milhões de bancadas estaduais; R\$ 24,78 milhões em emendas individuais e R\$ 9,44 milhões remanescentes das emendas de relator (RP9), declaradas inconstitucionais pelo STF em 2022. Sem o Orçamento de 2025, ainda não há nenhum valor autorizado ou empenhado (reservado) este ano.

Ao todo, o governo federal pagou R\$ 40,23 bilhões em emendas parlamentares em 2024. Mesmo com o bloqueio dos pagamentos ordenado pelo STF, em agosto do ano passado e que vigorou até dezembro, o valor é 16,2% superior ao total pago em 2023, que foi de R\$ 34,62 bilhões; e 42,4% maior que o montante repassado em 2022 (R\$ 28,25 bilhões).

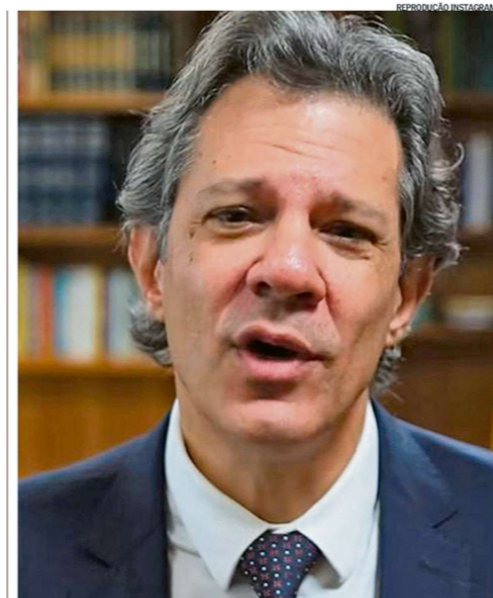
A tendência é de que os pagamentos sigam um ritmo lento ao longo deste mês, já que o Congresso está em recesso. Em fevereiro, a exemplo de anos anteriores, os repasses bilionários devem ser retomados. Há, ainda, a expectativa para a liberação de emendas de comissão indicadas pelo Senado e pela Câmara no fim de 2024 e que foram parcialmente bloqueadas por Dino por falta de transparência.

As emendas serão essenciais para o Executivo conseguir aprovar matérias relevantes para o governo Lula, como a isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil e as mudanças nas regras da aposentadoria de militares, parte do pacote de corte de gastos apresentado no ano passado. Com novos presidentes na Câmara e no Senado a partir de fevereiro, o governo terá de abrir os cofres para "azeitar" as relações e distribuir cargos na Esplanada na aguardada **reforma ministerial**.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6851/10-01-2025.html?all=1>

AGU dá ao Facebook 24 horas para remover vídeo adulterado de Haddad



Haddad: ministro foi ao Instagram para desmentir informação falsa

A Advocacia-Geral da União (AGU) enviou na quinta-feira (9) ao Facebook Brasil notificação extrajudicial para remover, em 24 horas, a postagem de um vídeo adulterado por Inteligência Artificial (IA) do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Caso o pedido de remoção não seja atendido, a advocacia pública requer que o vídeo seja tarjado para informar que foi gerado por IA e tem conteúdo alterado.

No vídeo publicado no Instagram - que pertence ao mesmo grupo empresarial do Facebook -, Haddad aparece dizendo que "vai taxar tudo" ao criar **impostos** sobre animais de estimação, pré-natal e bets. Na imagem manipulada, o ministro diz "imposto e Big Brother são a nossa paixão".

Na quinta, o ministro também publicou um vídeo no Instagram da Fazenda para desmentir as informações falsas. "Pessoal, vamos prestar atenção, está circulando uma "fake news" que prejudica o debate público, prejudica a política, prejudica a democracia", afirmou Haddad, que desmentiu também o boato de que o governo passará a taxar o Pix.

Na notificação, a AGU diz que o vídeo falso confunde o público sobre a posição do ministro da Fazenda acerca de assuntos de interesse público como tributação.

"A análise do material evidencia a falsidade das

informações por meio de cortes bruscos, alterações perceptíveis na movimentação labial e discrepâncias no timbre de voz, típicas de conteúdos forjados com o uso de inteligência artificial generativa", diz o texto da notificação.

No documento, a AGU reforça que "a liberdade de expressão não pode servir de salvaguarda para a prática maliciosa de atos que atinjam outros direitos, como o direito à informação". A AGU argumenta ainda que postagens de conteúdo fraudulento são contrárias aos Termos de Uso do Facebook, que vedam a utilização da plataforma para finalidades ilegais.

Não é a primeira vez que a AGU pede remoção de vídeos falsos atribuídos a Haddad. Em novembro, a advocacia pública deu 48 horas para que fosse retirado do ar um depoimento falso do ministro sobre dinheiro esquecido em contas de bancos.

A nova solicitação ocorre na mesma semana em que a Meta, dona do Facebook e do Instagram, anunciou que mudará o sistema de checagem de fatos nos Estados Unidos. A verificação deixará de ser feita por agências profissionais e passará a ser feita por notas da comunidade.

Procurada, a Meta informou que não vai se manifestar.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188086>

Em busca da credibilidade perdida (Editorial)

Após a enorme frustração gerada pelo esvaziado pacote fiscal aprovado no fim do ano passado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad começou o ano tentando recuperar a confiança dos investidores. Em entrevista à GloboNews, Haddad reconheceu que errou ao anunciar o plano de corte de gastos juntamente com a proposta de isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e admitiu que o governo precisa ser coerente e unificar seu discurso sobre a agenda econômica para obter resultados melhores.

O diagnóstico do ministro é certo.

Mais do que apresentar indicadores positivos, o Executivo federal precisa mostrar que não será leniente com o gasto público e que não será tolerante com a **inflação**. O desafio, no entanto, permanece o mesmo desde o início do governo: convencer o presidente Lula da Silva a abandonar um discurso que sinaliza o exato oposto.

De fato, como disse o ministro, a economia não vai mal. As projeções do governo, do Banco Central e do mercado variam, mas todos estimam que o crescimento do **PIB** de 2024 deva superar os 3%. O problema é que o **PIB** potencial brasileiro está na faixa de 2,3% a 2,4% ao ano, segundo o pesquisador do FGV Ibre Bráulio Borges. E, segundo seus cálculos, a economia brasileira tem crescido acima de sua capacidade desde o segundo trimestre do ano passado.

O déficit primário do ano passado será divulgado apenas no início de fevereiro, mas, segundo Haddad, ele deve atingir 0,1% do **PIB**, dentro do intervalo de tolerância estabelecido pelo arcabouço fiscal. Incluindo os gastos com as enchentes no Rio Grande do Sul, o déficit sobe a 0,37% do **PIB**. Para estabilizar a dívida pública, no entanto, o País precisaria alcançar superávits bem mais ambiciosos, entre 1% e 1,5% do **PIB**, de acordo com o pesquisador do FGV Ibre.

Com a economia superaquecida, a **inflação**, que já está elevada e distante do centro da meta, deve aumentar nos próximos meses. Assim, para cumprir a meta, restará ao Banco Central elevar a taxa básica de juros e mantê-la em níveis altos por mais tempo, o que tende a frear a economia como um todo.

Para completar, o cenário externo, já bastante afetado pelos conflitos entre Rússia e Ucrânia e Israel e Hamas, tende a ser ainda mais turbulento para economias emergentes, sobretudo após as sinalizações dadas pelo presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, que promete mudanças nas políticas comercial, externa e migratória que tendem a elevar a **inflação** e os juros norte-americanos.

É com esse cenário que o mercado financeiro trabalha neste momento e é para ele que se prepara desde já. Diante de tantas incertezas, um governo prudente deveria se apresentar como um destino seguro para os investidores, o que requer uma política fiscal anticíclica e contracionista, capaz de amenizar os efeitos negativos de um ciclo econômico superaquecido por meio de corte de despesas e/ou aumento das receitas.

O ajuste fiscal que os ministros Haddad e Simone Tebet (Planejamento) prometiam entre o primeiro e o segundo turno das eleições municipais deveria ser a resposta a essa conjuntura. Mas o pacote quebrou expectativas e evidenciou a prioridade que Lula da Silva dá à sua reeleição.

A atitude de Haddad pode contribuir para melhorar o humor do mercado, mas suas declarações não serão suficientes para fazer o dólar recuar aos R\$ 5,44 em que estava no fim de setembro, muito menos aos R\$ 4,95 de janeiro do ano passado.

Boa parte do governo prefere aguardar uma acomodação nas cotações da moeda norte-americana, ignorando que a saída líquida de dólares atingiu US\$ 18 bilhões no ano passado, o pior resultado desde 2020.

Esses investidores não voltarão ao País sem a adoção de medidas duras e eventualmente impopulares, não porque torçam contra o governo Lula da Silva, mas porque sabem que os resultados econômicos apresentados no ano passado não têm sustentabilidade.

Para que o País possa chegar bem a 2026, como disse Haddad à Globo-News, será preciso mais que "um time completamente obstinado" no Ministério da Fazenda. O governo como um todo teria de fazer muito mais do que tem feito.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Analistas projetam mais um ano de pressão dos alimentos sobre inflação

ISADORA DUARTE E FRANCISCO CARLOS DE ASSIS

A expectativa de alta de preços de produtos agropecuários que entram na cesta básica deve continuar a pressionar a **inflação** de alimentos neste ano.

Segundo analistas de mercado ouvidos pelo Estadão/Broadcast, carne, café e açúcar são as commodities que mais preocupam quanto à pressão inflacionária em 2025. O movimento tende a repetir o que já foi observado no ano passado, com uma **inflação** de alimentos resistente - com impacto sobre o ciclo de corte de juros.

Na prévia do IPCA de dezembro (IPCA-15), os preços de alimentação e bebidas aumentaram pelo quarto mês seguido.

O grupo saiu de uma elevação de 1,34%, na prévia de novembro, para alta de 1,47% no mês passado, resultando numa contribuição de 0,32 ponto percentual para a taxa final de 0,34% do IPCA-15 no período.

O índice fechado de **inflação** em dezembro será divulgado hoje cedo pelo IBGE. De acordo com pesquisa feita pelo Projeções Broadcast, a mediana das estimativas no mercado aponta para variação de 0,53%, o que levaria o total em 2024 para 4,84% - acima do teto da meta oficial de **inflação**, de 4,5%.

O principal impacto da aceleração da **inflação** de alimentos deve vir das proteínas animais, afirma a analista da Tendências Consultoria Gabriela Faria, economista responsável por agropecuária e biocombustíveis. "A **inflação** será impulsionada pelo aumento expressivo dos preços das carnes, estimado em pelo menos 16,6% no valor pago ao produtor, com repasse à indústria e ao consumidor", diz.

Café e açúcar também devem contribuir com uma **inflação** de alimentos mais forte por conta da menor produção, segundo a economista. Em contrapartida, do lado dos grãos, o efeito dos preços sobre a **inflação** tende a ser neutro, sem expectativa de altas acentuadas nas cotações de soja e milho.

A Tendências projeta aumento de 9,1% no grupo alimentos no IPCA de 2024, e de 6,2% para 2025, com viés de alta.

Gabriela cita também o óleo de soja, o leite e as "commodities softs" (como são chamadas as que são cultivadas, e não extraídas) como itens de atenção quanto a potencial inflacionário neste ano, além de hortaliças, frutas e verduras, com maior suscetibilidade a variações climáticas e peso relevante na cesta básica.

HORTIFRÚTIS. O momento é de atenção também sobre o desenvolvimento das lavouras de hortifrúteis, afetadas pela seca histórica do ano passado, diz o gerente da consultoria Agro do Itaú BBA, Cesar de Castro Alves. "É preciso observar o acumulado de chuvas nos próximos dois meses e os efeitos sobre a produção de hortifrúteis, que, apesar da rápida recuperação das lavouras, podem ter pressão momentânea sobre **inflação** em caso de perdas", destaca Alves.

Ele concorda com os demais analistas que as proteínas e as commodities softs são os produtos mais preocupantes quanto à pressão inflacionária.

"A alta do café ainda não foi repassada ao varejo, e poderemos ter novas máximas históricas.

Dos produtos básicos, o trigo vai depender muito do dólar, já o arroz tende a ter uma ótima safra e o feijão deve ficar com produção dentro da média", acrescenta.

O sócio-diretor da consultoria MB Agro, José Carlos Hausknecht, observa que o câmbio será determinante para a **inflação** de alimentos neste ano. "Se o dólar se mantiver acima de R\$ 6, a pressão sobre a **inflação** de alimentos será maior, levando a uma política monetária mais restritiva. Do ponto de vista fiscal, o mercado não vê firmeza nas medidas do governo, o que gera incerteza e, somado aos preços sustentados de commodities agrícolas, se reflete em maior pressão sobre **inflação**", avalia.

PREÇOS. Em relação aos preços dos principais produtos agrícolas no mercado doméstico, os analistas projetam movimentos distintos no ano. Enquanto as carnes tendem a subir dois dígitos e as commodities softs devem manter o atual patamar, os grãos podem apresentar cotações menores.

Isso estaria ligado à supersafra brasileira de grãos, estimada em 322,42 milhões de toneladas no mais recente levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e ao menor crescimento econômico projetado para a economia global.

Em comum entre as commodities, a principal incógnita na formação de preços é o fortalecimento do dólar, que afeta a competitividade das exportações brasileiras e a paridade interna de preços.

Carestia

1,47% foi a alta de preços do grupo alimentação e bebidas no IPCA-15 de dezembro, após elevação de

1,34% em novembro 9,1% é a projeção da Tendências para o grupo de alimentos no IPCA de 2024

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

ONU corta previsão para variação do PIB no Brasil

PAULA DIAS

O relatório Situação Econômica Mundial e Perspectivas 2025 divulgado ontem pela Organização das Nações Unidas (ONU) afirma que as perspectivas de curto prazo são "mistas" entre as principais economias da América Latina neste ano. No documento, a organização reduziu a previsão para o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil para 2025 de 2,4% para 2,3%. A instituição diz que, embora a previsão para 2025 esteja abaixo do calculado para 2024 (3%), ela permanece bem acima da média de 1,4% registrada entre 2010 e 2019.

"Essa desaceleração moderada reflete os ventos contrários da política monetária mais rígida", diz o documento.

De acordo com a ONU, o consumo provavelmente permanecerá resiliente, sustentado por um forte mercado de trabalho, gastos sociais elevados e aumento do salário mínimo.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ameaças de Trump indicam mandato mais turbulento (Editorial)

Logo após o republicano Donald Trump vencer com folga as eleições presidenciais e ver seu partido conquistar maioria no Congresso, líderes de países em diferentes partes do mundo passaram a traçar novos cenários sobre o que aconteceria com sua volta à Casa Branca. Trump não os fez esperar tanto. A menos de duas semanas da posse, deu o tom do segundo mandato. Em entrevista nesta semana, declarou ser possível o uso da força para desafiar a soberania de países aliados. Trump quer o controle do Canal do Panamá e que a Dinamarca venda a Groenlândia. Na mesma ocasião, fez provocações e ameaças de pressão econômica para que o Canadá se tome um estado americano. Pode ser tudo parte de estratégia para obter concessões. Com exceção de Trump e seus assessores, ninguém sabe. Daí a impressão de que o segundo mandato será ainda mais imprevisível que o primeiro.

Nos últimos dias como secretário de Estado, Antony Blinken tem aconselhado seus pares "a não perder tempo" com a ameaça à Groenlândia. Je-an-Noel Barrot, ministro de Relações Internacionais da França, também acha improvável um ataque à Dinamarca, membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). Expressando o sentimento de muitos, Barrot disse que estamos entrando num período "da lei do mais forte".

Embora o estilo ameaçador seja totalmente reprovável, é preciso reconhecer que em alguns pontos a grosseria de Trump encobre motivações sensatas. No primeiro mandato, a pressão para países europeus investirem mais em Defesa tinha razão de ser e obteve algum efeito. A causa da investida contra a Groenlândia é a preocupação com os interesses da China e da Rússia no Ártico. Com o degelo provocado pelo aquecimento global, novas rotas marítimas serão abertas.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, os americanos têm uma base na Groenlândia. Localizada a 1.500 quilômetros do Polo Norte, possui sistema de detecção de mísseis e comando de satélites. Após Trump manifestar novo desejo de adquirir o território, o governo dinamarquês declarou que não estava à venda, mas afirmou disposição de cooperar de forma mais próxima com os Estados Unidos. Se o plano de comprar a Groenlândia for mesmo apenas uma estratégia para obter concessões, ainda não está claro

o que Trump quer. O estranho é alguém tão preocupado com a China e a Rússia tratar tão mal os aliados.

Para a América Latina, uma das promessas de campanha com maior potencial de impacto é a deportação em massa de imigrantes ilegais. As remessas de dinheiro de todo o mundo para a região em 2023 totalizaram US\$ 155 bilhões, quantia superior ao total de investimentos estrangeiros, de acordo com o Banco Mundial. Na América Central, o dinheiro transferido, principalmente dos Estados Unidos, tem um peso desproporcional na economia. Na Nicarágua equivale a 26% do Produto Interno Bruto (**PIB**), e em Honduras a 25% (no Brasil é inferior a 1%). Nem tudo corre o risco de desaparecer. Parte das remessas vem de trabalhadores já legalizados. Além disso, Trump terá dificuldades logísticas para cumprir a promessa de deportar 15 milhões de pessoas. Mas, mesmo que o número acabe sendo menor, algum impacto negativo será sentido. O segundo mandato de Trump ainda desperta muitas dúvidas e pelo menos uma certeza: não faltará truculência.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Mesmo em queda, varejo fecha 2024 forte, mas 2025 preocupa

Por Rafael Vazquez e Lucianne Carneiro - De São Paulo e do Rio

As vendas no varejo brasileiro em novembro foram menores do que em outubro, com quedas mais fortes do que o esperado. De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o varejo restrito teve queda mensal de 0,4% apesar do impulso da Black Friday.

Já o varejo ampliado, que inclui as vendas de veículos e motos, partes e peças, material de construção e atacarejo, recuou 1,8% em relação ao mês anterior.

Na avaliação de economistas ouvidos pelo Valor, os resultados representam um ajuste devido ao forte desempenho dos meses anteriores, mas, diante das incertezas que pairam sobre a economia em 2025, é possível que seja o primeiro sinal de esfriamento do setor depois do aquecimento observado ao longo de 2024.

Em comparação com novembro de 2023, o varejo restrito anotou crescimento de 4,7% e expandiu 5% no acumulado de janeiro a novembro do ano passado, enquanto o varejo ampliado avançou 2,1% na comparação com o mesmo mês de 2023 e 4,4% nos 11 meses do ano.

"Em relação ao varejo restrito, apesar da queda pontual em novembro, nossa leitura é de certa estabilidade porque está devolvendo o mês anterior e na comparação interanual em 2023 o setor ainda está em um nível muito positivo", afirma a economista Geórgia Veloso, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre).

Veloso comenta que novembro foi um mês atípico com muitos feriados, o que pode ter afetado varejo. "Isso vai ficar mais claro quando tivermos os dados do setor de serviços no mesmo mês. E dezembro ainda deve trazer números melhores para o varejo por causa das vendas de fim de ano", acrescenta.

O fator de preocupação para o setor, de acordo com a economista do FGV Ibre, está na perspectiva carregada de incertezas para 2025. Ela explica que o cenário está nublado com variáveis positivas como o mercado de trabalho aquecido e o aumento da renda

das famílias ao mesmo tempo em que o dólar acelerou, com impactos para a **inflação**, e as taxas de juros estão em movimento de alta. As preocupações fiscais também contribuem negativamente ao gerar um ambiente de pessimismo nos empresários do setor.

"Diferentemente do final de 2023 quando tínhamos uma expectativa bem positiva para 2024, agora o cenário é de incerteza porque já iniciamos o ano com esses fatores contrabalanceando. A balança está pesando para os dois lados. Não temos só fatores positivos e não sabemos como vai ser o decorrer desses fatores negativos, o quanto eles vão pesar no bolso dos consumidores e dos empresários também", diz Veloso.

Para o economista da XP Rodolfo Margato, os dados da PMC podem ser o primeiro sinal de que o melhor momento do setor já passou e ficou em 2024. Ele argumenta que a queda de 1,8% do varejo ampliado, puxada pela queda de 7,6% nas vendas de veículos, motocicletas, partes e peças e pelo declínio de 11,7% do atacarejo de alimentos, bebidas e fumo, devolveu a alta acumulada nos dois meses anteriores mesmo que no acumulado de 2024 os resultados ainda sejam bastante positivos.

"O primeiro grupo [de veículos, motos e peças] ainda mostra forte crescimento no acumulado do ano (12%), refletindo o aumento das concessões de crédito. Mas os melhores dias podem ter ficado para trás. Os dados da Fenabreve de vendas nacionais de veículos referentes a dezembro sustentam essa visão. Além disso, o recuo mensal nas vendas de material de construção [-1,4%] encerrou uma sequência de três altas consecutivas na margem", observa Margato.

Pelos cálculos da XP, os segmentos de varejo mais sensíveis ao crédito declinaram 4,7% em novembro, após salto de 5,6% em outubro, levando a um avanço de 1,1% na métrica de trimestre móvel.

No varejo restrito, que exclui os segmentos de veículos e material de construção, a queda de 0,4% ficou mais dentro do que era esperado, mas Margato pondera que os gastos pessoais com bens perderam força no quarto trimestre de 2024, embora continuem em território positivo. O maior problema está para 2025, afirma o economista.

"Acreditamos que as vendas varejistas continuarão a esfriar ao longo de 2025, devido ao aumento da **inflação**, aperto das condições financeiras e menor impulso fiscal. Projetamos alta de 2% para o **PIB** em 2025, após expansão de 3,6% em 2024", defende Margato.

Em relatório enviado a clientes, a equipe econômica da Genial Investimentos concluiu que o recuo do varejo em novembro reforça a percepção de arrefecimento da economia brasileira. "Assim como o observado na leitura do setor industrial, o desempenho do varejo em novembro aponta para um arrefecimento da atividade econômica no último trimestre do ano. Diferentemente do mês anterior, cinco das oito atividades pesquisadas recuaram no mês, com destaque para categorias mais ligadas ao consumo discricionário - móveis e eletrodomésticos, e outros artigos de uso pessoal e doméstico - que se beneficiaram de descontos de grandes varejistas no mês de outubro em um movimento de antecipação da Black Friday", aponta a análise.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188086>

Os números do comércio

Venda recua em novembro, mas ano é de alta forte – Variação em %

Varejo restrito



Varejo ampliado



Brasil tem melhora na projeção econômica de 2024

A ONU melhorou a previsão de crescimento do Brasil para 2024 devido ao forte mercado de trabalho do país e pela convergência da **inflação** para a meta do Banco Central e afirmou que a Argentina iniciou um processo de recuperação na segunda metade de 2024 que garantirá crescimento econômico para o país a partir de 2025.

Apesar dos números ruins, a ONU acredita na resiliência da economia argentina em 2025.(PB)

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188086>

Segundo a entidade, a economia do Brasil deverá crescer 3% em 2024 e desacelerar em 2025 para 2,3%, uma queda motivada por um cenário internacional desafiador, com possível desaceleração das economias de China e Estados Unidos. Já a Argentina pode ter sofrido contração econômica de 3,3% no ano passado antes de crescer 4% neste ano, disse ONU no relatório Situação e Perspectivas da Economia Mundial 2025.

A previsão de 2024 para o Brasil representa uma melhora de 0,9% da projeção feita pela entidade no meio do ano passado e continua acima da média de crescimento de 1,4% registrada entre 2010 e 2019.

A melhora das previsões do Brasil foram sustentadas pelo baixo desemprego em 2024, que chegou ao menor patamar em uma década em outubro, com uma taxa de 6,2% devido à "atividade econômica resiliente", afirmou a ONU.

A entidade também exaltou a convergência da **inflação** brasileira para a meta do Banco Central como motivo que estimulou a melhora na previsão de crescimento.

Em relação à Argentina, o relatório justifica a perspectiva de melhora para 2025 baseado em dados que indicam recuperação no consumo privado e um crescimento robusto dos investimentos.

"Medidas para desregulamentar o mercado de trabalho e incentivos governamentais para grandes projetos-particularmente nos setores de energia renovável, agricultura, infraestrutura e mineração -devem estimular o investimento privado", disse a ONU.

O relatório observa que os indicadores de bem-estar da Argentina se deterioraram significativamente em 2024 devido à crise prolongada e às medidas de austeridade do governo Milei, com as taxas de pobreza atingindo níveis recordes de mais de 50%.